

Do assalto ao céu às mudanças moleculares

Notas sobre as concepções de revolução social

Antonio Natanael Martins Sarmiento*

Resumo:

Este trabalho é dividido em duas partes: uma trata de questões gerais do tema revolução; outra, da discussão dessa questão no Brasil. O que é revolução? Para responder à pergunta, perquirimos o significado da palavra, da sua origem aos dias atuais, e destacamos a longa e confusa questão conceitual, mesmo depois das matizes teóricas da França de 1789 e da Rússia de 1917. Retomamos o debate historiográfico do final da década de oitenta no bicentenário da queda da Bastilha. Destacamos a relevância do tema no âmbito da tradição marxista, mencionando os principais debates em torno da teoria de Estado e da concepção de revolução no paradigma. Apresentamos um retrospecto da idéia de revolução no Brasil, do período Colonial aos tempos atuais. Por fim, discutimos as relações entre democracia e revolução.

Palavras-chave: Estado, revolução, revisão, democracia, violência, classe e ideologia.

Abstract:

This paper is divided into two parts. The first one deals with general issues of the term revolution while the second one discusses this issue in Brazil. What is revolution? To answer this question, the meaning of the term is investigated from its origin up to modern times. Emphasis has been given to the old and confused conceptual issue even after the theoretical frameworks from France in 1789 and from Russia in 1917. The historiographic discussion from the end of the eighties in the bicentennial of the Bastille fall is resumed. The relevance of the theme in the Marxist tradition is stressed and reference is made to the main discussions on State theory and on the concept of revolution in the

paradigm. A retrospect of the idea about revolution in Brazil is presented from colonial times to date. Finally relationships between democracy and revolution are discussed again.

Key words: State - revolution - revision - democracy - violence - class and ideology.

1. Neste final de século e milênio, o tema *revolução*, para o deleite de muitos e a angústia de outros, não empolga multidões. Nem por isso, devemos jogar pá de cal na discussão, como sugerem certos analistas. Como *fato social*¹, isto é, como processo histórico e, sobretudo, como tática política, o espectro da revolução ressurgiu das cinzas como a mitológica Phenix.

O significado das revoluções é campo minado, perigoso, lembra mesmo uma zona de guerra em face das tensões e contradições que se verificam no debate temático nas chamadas *ciências sociais*.

Em geral, as análises das revoluções são envoltas de paixões políticas e ideológicas e delinham-se numa dicotomia de viés maniqueísta. Com efeito, para uns, a revolução relaciona-se com a idéia de libertação e progresso e, como tal, é “*obra milagrosa*”, cultuada, desejada. Para outros, a revolução representa o apocalipse, a catástrofe, o caos, portanto é o espectro do escatológico, deve ser evitada, combatida.

Nessa conformidade, historicamente, o significado das *revoluções* tem balizado os campos teóricos, política e ideologicamente. Por mais que se pretenda ocultar, objetivamente, há os intérpretes que são simpáticos ou *amigos da revolução social* e há os que antipatizam e hostilizam tal idéia. Desse fato podemos fazer algumas inferências e chegar a outras tantas conclusões. Nesta oportunidade, consideramos importante ressaltar que, muito ao contrário da ideologia da moda difundida largamente após a *queda do Muro de Berlim*, não desapareceu a muralha que separa a *esquerda* da *direita*, quer na teoria, quer na prática. Objetivamente, os campos são separados tanto pela *interpretação* da sociedade que se tem e que se pretende construir, quanto pela efetiva *intervenção* no domínio da política.

O próprio conceito de revolução enseja contradição, inclusive no campo dos *amigos da revolu-*

ção, assim definido o *marxismo*, embora tal paradigma tente certa sistematização e trate a *revolução* como categoria nuclear.

Diante da dificuldade conceitual, a questão da caracterização do *que revolução* tem sido tangenciada é, às vezes, violentada pelos escribas.

De fato, não raramente nos deparamos com *contribuições* que alargam menos conhecimentos e mais a *zona cinzenta* das imprecisões. O uso indiscriminado de palavras para designar, como revolução, os mais diferentes processos sociais, com excessiva *liberalidade* tem embaralhado, ainda mais, a saída do labirinto conceitual.²

Desde a chamada antigüidade clássica, há registros de discussões célebres sobre o melhor ou pior governo, todavia não vamos encontrar, entre os gregos ou romanos, interesse algum pela revolução.

De fato, aproximadamente 600 anos antes de Cristo, o pensamento político grego já se encontrava num respeitável patamar de elaboração. Heródoto, o antigo, no Livro III de sua *História*, narra uma famosa discussão entre os persas sobre a tipologia das formas de governo.³

Filósofos do *esplendor grego* abordaram a temática do governo, a exemplo de Platão, na *República*, e Aristóteles com *A Política*, mas ambos passaram ao largo desse tema. Para os filósofos antigos, as rupturas e as mudanças de governos eram processos cíclicos ou pendulares, vistas como sucessões e mudanças *formais* entre os tipos de governo – *monarquia, aristocracia e democracia e suas respectivas formas deturpadas* – sem correlação com os processos sociais e econômicos.⁴

Historiadores e pensadores da *res publica romaine*, como Cícero, Políbio e Sêneca, também se omitiram em dita questão.⁵

Com efeito, palavra *revolução* surge na *Renascença*, com os astrônomos observando os movimentos regulares e cíclicos dos corpos celestes. A palavra vem do latim *revolvere* cair para trás; derivou para *revolutio*, significando recomeço ou retrocesso no tempo.

O sentido político de revolução é do século XVII e guarda o sentido original de movimento regular dos astros, pois indicou o restabelecimento do *status quo ante*⁶

Depois de um longo período de *guerra civil* na Inglaterra, a monarquia é restaurada pela revolução de 1649. Assim, a idéia de revolução no plano político guardou a mesma lógica dos astrônomos: retorno ao estado natural, ao regular, depois do desvio. No caso inglês, representou a restauração da ordem depois do período de perturbação social.

Também as chamadas Grandes Revoluções do século XVIII – a americana e francesa – foram concebidas como processos restauradores. Elas são analisadas como decorrência da exacerbação de poderes, seja da Metrópole em relação à Colônia, seja do despotismo da Monarquia contra o povo. Portanto, não são vistas como *fato inédito*, como salto extraordinário e qualitativamente novo, conforme o entendimento dos dias correntes.

O ponto da inflexão no conceito, segundo Norberto Bobbio, é a revolução francesa de 1789. Passou-se da restauração de uma ordem perturbada pelos detentores do poder à crença numa nova ordem. Assim, a revolução deixou de ser a busca de *liberdade nas velhas instituições* para se converter na fé em novos instrumentos de liberdade.⁷

A nova idéia de liberdade, na qual subjaz a de felicidade do povo, implica uma completa ruptura com o passado, mudança radical da velha ordem pela nova. Disso resulta certa percepção da revolução como processo libertador, progressista.⁸

E. Willems *et alli*, baseando-se em J. Ortega y Gasset - *A Rebelião das Massas* e André Joussain - *A lei das Revoluções*, conceberam a revolução como mudança que atinge toda estrutura social e não apenas a camada dominante derrubada do poder. Todas as camadas se desintegram para se reintegrarem de maneira diferente. Assim, a revolução tem duplo significado: mudança radical de valores básicos e reestruturação.⁹

Num dicionário muito utilizado por *estudantes* do *Instituto de Marxismo-Leninismo* de Moscou, entidade mantida pelo Comitê Central do PCUS, encontramos no verbete de revolução: *1. Passagem brusca, repentina, de um estado qualitativo a outro – manifestação de uma importante lei do desenvolvimento dialético da natureza, da sociedade e do pensamento; 2. Revolução social- mudança radical, ao mesmo tempo social e política, que se traduz pela derrubada do regime velho e a instauração de um novo regime social, mais progressista. A revolu-*



*ção triunfa pela insurreição armada das classes exploradas e oprimidas que vencem a resistência das classes exploradoras. Admite a revolução pela via pacífica, “se as condições são favoráveis”. Sem uma situação revolucionária, é impossível o êxito da revolução. Esta é a forma mais alta da luta de classes. A revolução burguesa dá o poder à classe dos capitalistas que instaura o seu regime. Tal revolução, para os trabalhadores, significa meramente a substituição de uma forma de exploração por outra. Assim, apenas a revolução socialista (proletária), levada a cabo pela classe operária em aliança com o campesinato e outras classes exploradas, sob a direção política do Partido Comunista, derruba o poder da burguesia e instaura o novo poder; a ditadura do proletariado e empreende a edificação da sociedade socialista, na qual desaparece a opressão social e a exploração do homem pelo homem e reinará a democracia socialista.*¹⁰

Tal dicionário conclui a definição de forma apologética: *A Grande Revolução Socialista de Outubro de 1917 na Rússia foi a primeira revolução proletária socialista vitoriosa.*¹¹

São possíveis várias respostas à indagação de Ernest Labrousse: *como nascem as revoluções?* Serão poucas as respostas à pergunta: *para que servem?*

P. Zagorin procurou destacar a importância de se estudar o fenômeno da revolução para se conhecerem melhor as sociedades, para vermos como elas se movem, o que escondem, o que mostram, o que são.

Por seu turno, François Furet, antecipando-se às “*comemorações*” do bicentenário, escreveu diversos artigos na imprensa, posteriormente reunidos no opúsculo *Ensaio Sobre A Revolução Francesa.*¹²

Na concepção de Furet, as teses marxistas dominam a historiografia revolucionária (*historiografia jacobina*), e a Revolução assim explicada está no poder, na sociedade e nas instituições, particularmente nas universidades. *Monsieur* considera que a palavra *revolução* designa um corte fundamental *na trama do tempo: o mais memorável porque instala outra ordem e no imaginário social institui um antes e um depois onde se organiza a história da nação. A consciência revolucionária é vista como investimento psicológico e ideológico da atividade política, todos os problemas da humanidade se tornam políticos, não há desgraça humana que não esteja sujeita à instância política.*

A seu ver, os historiadores franceses escreve-

ram a história que estavam em vias de viver, muitos com estreita relação política, como *Thiers, Lamartine* e *Louis Blanc*. O movimento socialista jogou um papel solidário e diferente dos democratas. O ano de 1789 representa uma etapa a ser superada pela revolução socialista. A revolução-mãe definiu os valores, e a socialista deveria realizá-los. 89 ganhou um rosto, porém deixou de ser a matriz. Não vê diferença entre a história da direita e a da esquerda.¹³

A *neutralidade* sugerida por Furet, além da esquerda e da direita, nos remete a Augusto Comte e Emile Durkheim, paradigmas positivista e sociológico do século passado.² Contudo, na companhia das *vacas sagradas*, mesmo superadas, Furet estaria mais bem conjugado que no concubinato intelectual com Tocqueville.

Alexis Tocqueville, no século XIX, por um lado, destacou-se como crítico da revolução francesa, por outro, como apologista da *democracia americana*. E o Alex se julgava acima das paixões e dos interesses humanos... no que o seu admirador François Furet assina em baixo!

Qual é a ideologia do pretenso *olhar tranqüilo*, da *neutralidade* intelectual, do equilíbrio entre o passado e o presente, acima do bem e do mal e tão essencial à narrativa histórica, que o segundo atribui ao primeiro?

Tocqueville considera que o *falecido* regime aristocrático não merecia uma vela. Mas não porque aquele regime se baseava na exploração servil e conservação de privilégios absurdos da nobreza. Simplesmente, porque a aristocracia estava morta e, como tal, devia ser vista. Ou seja, se o regime da aristocracia tivesse futuro, o entendimento seria outro. O exemplo de crítico “neutro” considerava-se desmotivado para amar ou para odiar a democracia... por não ter nenhum motivo *particular* para tanto.¹⁴

Nos anos 60, nas ruas de Natal, uma mendiga costumava bradar para os que a chamavam graciosamente: *“aquilo que não me rende, farta não me faz!”* Maria “*Mula-Manca*,” sem saber, chegara à *síntese teórica* do nobre erudito Alex Tocqueville.

Numa palavra, as reflexões de Furet e Tocqueville fazem coro: *a Revolução está morta!*

Coube a Eric Hobsbawm desvendar e responder à *intriga* da mais recente revisão

historiográfica:

“ ... a nova literatura sobre a Revolução Francesa, especialmente em seu próprio país, é extraordinariamente distorcida. A combinação de ideologia, moda e poder publicitário da mídia permitiu que o bicentenário fosse amplamente dominado por aqueles que, em uma palavra, não gostam da Revolução Francesa nem da sua herança. Isso não é novo – em seu primeiro centenário foram escritas mais coisas contra a Revolução do que a seu favor.

A rejeição da memória da Revolução Francesa vem daqueles que desaprovam a tradição central da historiografia francesa sob o argumento de marxista e, como tal, inaceitável academicamente... “*Enquanto isso, os caminhões de lixo rolam pelas ruas recolhendo a velha-guarda – de historiadores-, e a cabeça de Marx, espetada em uma lança, é carregada no alto pela multidão*”, como anota um historiador reacionário que, muito embora seja um ignorante no tempo, está em sintonia com os novos ventos.¹⁵

Hobsbawm adverte que os revisionistas pretendem que a Revolução Francesa não faça tanta diferença à história da França, que não representou uma mudança para melhor.

A hegemonia marxista na historiografia da revolução francesa decerto não decorre da apropriação de seus valores pelos *agentes de continuidade da obra*, mas, principalmente, da omissão e do desinteresse das outras tradições teóricas pelo tema.

Diante das extraordinárias mudanças por que passa o mundo, faz-se necessário repensar todas as explicações da história e não apenas a marxista, *Antes de transformar a Revolução Francesa em bode expiatório para as dívidas não equacionadas, deve-se lembrar que este acontecimento central da história moderna legou aos povos a noção de que a história pode ser mudada por sua ação (...)* até hoje permanece como a mais poderosa divisa jamais formulada para a política da democracia e das pessoas comuns que ela inaugurou. *Liberdade, Igualdade, Fraternidade*.”¹⁶

A revolução francesa demonstrou que o poder do povo não se resume à versão *domesticada* do sufrágio universal ... *Nenhuma revolução anterior a 1789 foi tão decisiva, evidente e imediatamente eficaz. Foi o que transformou a Revolução Francesa em uma Revolução. O revisionismo historiográfico é uma tentativa diminuir o significado da Revolução que*

deu à Declaração dos Direitos do Homem uma res-

*sonância muito maior do que as dos modelos americanos que a haviam inspirado; (...) que transformou (...) no acontecimento épico, terrível espetacular e apocalíptico que lhe deu certa singularidade tão horripilante como inspiradora.*¹⁷

Hobsbawm identifica sob os ecos da *Marselhesa* a atualidade dos valores da razão e considera a herança revolucionária positiva.

A revisão está morta! viva a Revolução!

No bicentenário da revolução francesa, circularam mais de mil títulos sobre o tema nas livrarias de Paris.¹⁸ Não obstante a tradição editorial em geral da França, a enorme quantidade de livros sobre a revolução tem significado axiológico determinado.

Na ex-URSS, pelo menos em termos de divulgação, o interesse pela revolução era formidável. Em Moscou, era considerável o acervo da *Revolução Bolchevique*, periódicos, livros e documentos conservados em museus e bibliotecas de bairros, quartéis, escolas, sindicatos, fábricas, organizações juvenis e fazendas.¹⁹

É elementar saber que os reflexos da revolução francesa e da revolução russa extrapolaram suas fronteiras, ecoando seus ideais emotivos pelos *quatro cantos* do mundo. Por isso, ditas revoluções tornaram-se matrizes históricas que balizaram – e ainda balizam – o significado conteudístico de todas as revoluções.

A Revolução Francesa foi um acontecimento extraordinário e reconhecido universalmente:

O século XIX estudou, copiou, comparou-se com a Revolução Francesa; ou tentou evitá-la, ignorá-la, repeti-la ou ultrapassá-la

Como exemplo paradigmático, essa revolução permaneceu absoluta até o advento do outubro de 1917 na Rússia, quando se modelava uma outra tradição revolucionária. É nesse sentido que se pode dizer que os acordos da *Internacional* completaram as notas da *Marselhesa*...

O que certamente não autoriza as analogias entre os sucessos 1789 e 1917, grosseiras e inadequadas transposições, coagulações do tempo histórico. No entanto não faltam na historiografia comparações. As tendências revolucionárias mais exaltadas (jacobinos com os bolcheviques) e as mais moderadas (girondinos com mencheviques) ou mesmo semelhanças nas personalidades: Robespierre



comparado a Lenine; Maria Antonieta à czarina, Trotsky a Napoleão etc.

Contudo o mais elementar não deve ser olvidado: a Revolução Francesa foi obra da burguesia revolucionária no século XVIII. Por isso ela permite múltiplas leituras e serve a diferentes objetivos: da radicalidade jacobina à retórica de liberais; a Revolução Socialista de Outubro na Rússia foi obra do proletariado no século XX, e não se presta a objetivos tão múltiplos. *Como inspiração*, ou como modelo, foi um acontecimento cujo significado é bem mais restrito que a revolução precedente. Até onde sabemos, a revolução russa de 17 embalou os sonhos libertários de uma classe social e serviu como referencial unicamente para o *movimento comunista*, em particular, ao identificado com a III Internacional. Ou será que a *burguesia liberal* lembra-se da revolução russa como *sonho de uma noite de verão*?...

O paradigma teórico da revolução, iniciado no século XIX por Marx e Engels, desenvolveu-se no século seguinte: primeiro, com Wladimir Ilich Lenine; em seguida, com diversas contribuições, notadamente, com o italiano Antonio Gramsci.

No leito dessa tradição, os debates sobre a revolução socialista acompanham o desenvolvimento do próprio paradigma. Algumas discussões se tornaram célebres: Lenine com Karl Kautsky e com Rosa Luxemburg ou a polémica em torno da *revolução permanente* versus *revolução num só país* entre León Trotsky e Josef Stálin, para ficarmos nos exemplos clássicos.

A longa discussão em torno do *caminho da revolução* -no Brasil produziu a pulverização de grupos autoproclamados comunistas - é caracterizada pela busca de legitimidade *histórica* de seus protagonistas. Cada ator social procura identificar-se como *fiel intérprete* dos clássicos. Não raro, lembram fiéis de seitas religiosas, em flagrante vilipêndio ao método extraordinário de análise social, que é o *materialismo histórico* e a memória de Marx e Engels.

Carlos Nelson Coutinho, num rápido comentário sobre questão metodológica no marxismo, lembra que a relação entre o *abstrato* e o *concreto* para a dialética marxista não é simples escolha gnosiológica de níveis *sincrônicos de abstração*: a passagem do abstrato ao concreto não é só movimento do pensamento, é a própria *diacronia* histórico-objetiva do real.²⁰

Com efeito, no marxismo há o primado do *ser sobre a consciência*, e nessa perspectiva explicam-se *as apropriações mentais como determinadas pela existência*. Dito de outra forma, as categorias abstratas, entendidas como as formas de pensar, são produzidas e reproduzidas pelos homens *de carne e osso* nas suas relações sociais, isto é, enquanto os homens re/produzem a própria subsistência.

Assim, Carlos Nelson considera que a ampliação do conceito de Estado - *indissociável da concepção de revolução* - elaborada pelos autores marxistas recentes não decorre de escolha mais ou menos arbitrária ou mais ou menos enriquecida - *do pensamento, do abstrato* -, mas são expressão do desenvolvimento do próprio objeto, isto é, das relações sociais capitalistas.

Ao introduzir novas determinações na esfera do ser social (e em particular na esfera do político), a dinâmica do desenvolvimento histórico-ontológico tornou-se necessária a superação dialética de uma concepção "restrita" de Estado: e cabe recordar que "superação dialética" é a tradução aproximada da noção hegeliana de Aufhebung, ou seja, de um processo de explicitação que certamente conserva, mas que também elimina e eleva a nível superior."²¹

Na sua perspectiva, há uma correlação - no interior da tradição marxista - entre a teoria "*restrita*" de Estado com a concepção "*explosiva*" de revolução e entre o conceito ampliado de Estado e *processual de revolução*.

Por sua vez, T. Bottomore afirma que o conceito de revolução de Marx e Engels, na *Ideologia Alemã*, expressa uma idéia de *salto cataclísmico de um modo de produção* para outro. Na oposição entre as velhas instituições e as novas forças produtivas, entre as velhas classes dominantes e a dominada, mas dentro da velha ordem, esta desaparece com a revolução socialista.

No entendimento de Bottomore, o conceito de revolução naqueles autores é *flexível* e remete o leitor à concepção de Engels n' *O Papel da Violência na História* (1887-1888) e também às notas de Marx, que faz referências sobre a destruição de aldeias na Índia e ao *caráter revolucionário da unificação Alemã de Bismark*.²²

A nosso ver, a perspectiva marxista da questão da *violência na história* está mais bem sistematizada na obra o *Anti-Duhring* em que Engels a analisa,

em termos mais gerais, como política, isto é, não como obra do acaso ou como vontade de algumas pessoas, mas econômica, social e historicamente definida.

Na perspectiva de Engels e de Marx, a origem da violência na história deve ser buscada em causas econômicas, ou seja, os conflitos de interesses econômicos motivam as guerras e as revoluções. A violência histórica, nessa perspectiva, é extensão da política, com todo conteúdo de classe dessa *nobre atividade*. Ou será que não podemos falar no caráter burguês ou proletário de uma revolução social, no caráter imperialista da guerra?

A questão da revolução foi analisada pela primeira vez em Marx e Engels, no famoso *Manifesto Comunista*, escrito em 1848. No *Manifesto*, a concepção de revolução socialista está relacionada à realização de uma *guerra civil* da qual resulte a derrubada violenta da burguesia e a implantação do poder político do proletariado.²³ O Estado é concebido como *instrumento de dominação de classe*, que atua como *poder organizado de uma classe para opressão de outra*, daí o entendimento de que o Estado sob o capitalismo é um *comitê da burguesia*.

A publicação do *Manifesto Comunista* coincide com a radicalização e derrota do proletariado na Alemanha. Em seguida, 1850, Marx e Engels escreveram a célebre *Mensagem do Comitê Central da Liga dos Comunistas* como balanço autocrítico:

*Os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente, até que seja eliminada a dominação das classes possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder de estado, até que a associação de proletários se desenvolva, não num só país, mas em todos os países do mundo.*²⁴

Na Mensagem, as idéias da revolução, em primeiro lugar, explicitam o caráter internacional da luta revolucionária. Em segundo lugar, a luta revolucionária devia ser organizada e dirigida pelos comunistas na *associação dos proletários*.

W. Ilich Lenine procurou firmar a idéia de revolução em sentido restrito, isto é, como assalto ao poder para poder, *assalto ao céu, quebrar e definir* o aparelho de Estado. Lenine teve que encontrar respostas teóricas no calor da luta, para implementar na prática, e deparou-se com questões do maior significado para os revolucionários rus-

sos: *o que fazer com o Estado burguês?*

No capítulo intitulado a “*Destruição do Estado Parasita*”, de *O Estado e A Revolução*, escrito às vésperas da Revolução, Lenine definiu as tarefas e objetivos do proletariado revolucionário.

Ilich procurou retomar as reflexões de Marx sobre a experiência da *Comuna de Paris*, reforçando seus argumentos na defesa da via insurrecional da revolução, com transcrições de *A Guerra Civil na França*.

Como sabemos, diante daquela conjuntura de dualidade de poderes na Rússia de 17, Lenine defendeu a revolução socialista pela luta armada, bem como advogou a quebra da *máquina burocrática e militar do Estado*. Era a tarefa do proletariado revolucionário e da sua vanguarda consciente, porque...

*...o Estado, com os seus órgãos onipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, dero magistratura(.) assumiu cada vez mais caracteres de uma força pública organizada para a servidão social, de instrumento de despotismo de uma classe.”*²⁵

A vitória dos bolcheviques na velha Rússia dos czares, de forte tradição autocrática e diversas formas de organização da produção, produziu importantes mudanças no movimento comunista internacional, principalmente no que pertine à organização dos comunistas e à concepção do problema da revolução

Pouco depois da vitória bolchevique, vão surgir no interior do pensamento marxista, críticas à condução do processo revolucionário russo. Tais críticas, muitas vezes de abnegados revolucionários, foram vistas pelos dirigentes bolcheviques como *desvios* (de esquerda ou de direita) senão tratadas no mesmo plano da propaganda anticomunista desencadeada pela contra-revolução. No entanto a crítica procedia quando se voltava contra a tentativa de *universalização do modelo* de revolução, isto é, a tentativa de exportação do exemplo russo para todos os países, independentemente de suas peculiaridades nacionais, de suas tradições políticas, econômicas e culturais.

A revolucionária Roda Luxembourg, conhecida entusiasta da Revolução Bolchevique, refutou a pretensão de aqueles transformarem a tática empregada na Rússia pelas exigências determinadas naquelas circunstâncias, numa *virtude revolucionária* a



ser adotada pelos revolucionários de todos os países.²⁶

Registro igualmente significativo é a crítica dos chamados *austromarxistas*, Marx Adler e Otto Bauer. O primeiro alertou para o perigo da confusão reinante entre os conceitos de *comunismo e bolchevismo*; o segundo esboçou certa ampliação da concepção marxista de Estado.

Todavia, os *austromarxistas*, mesmo quando são reconhecidos como pensadores do marxismo *originais e brilhantes* ou tidos como os mais destacados pensadores desse paradigma no período entre as duas guerras mundiais, não são considerados o *ponto de inflexão* da tradição teórica de Marx.

Sobre eles recai a maldição de esposarem uma combinação *edética* do *revolucionarismo bolchevique* com o *reformismo social-democrata*.²⁷ Diante dessa suposta oscilação, ficaram Adler e Bauer expostos às críticas *da esquerda e da direita* comunista, críticas, a nosso ver, equivocadas.

Desde o século XVI, certo florentino lecionava que o campo da política tem *moralidade circunstancial*. Se *Machiavelli* tiver certo nesse particular – e certamente tal sentença tem mais a ver com materialismo histórico que este com qualquer forma de *idealismo moralista* –, as mudanças **na teoria e tática políticas** dos *austromarxistas*, antes de serem oscilações ou vacilações, de refletirem *edetismo teórico* daqueles, devem ser vistas como *análises concretas para situações concretas*. Dito de outra maneira, foram propostas teóricas para intervenções práticas distintas, elaboradas em face de conjunturas distintas, como, aliás, recomenda o *método*. Assim, não há contradição ou paradoxo, pelo menos à luz do marxismo, de se admitir uma via revolucionária pela *guerra civil* em dado momento histórico e, noutro, modificadas as circunstâncias, alterada a correlação de forças sociais e políticas, evitar esse caminho e sugerir um outro, um *caminho pacífico*, ou vice-versa.

A nosso ver, conceber unicamente a revolução como levante, como assalto ao céu, é a conhecida patologia *blanquista*. Mas o discurso *marxista* que exclui, *ab initio et perpetuum*, o caminho armado da revolução, negando a esta via conteúdo democrático em nome do *equilíbrio de instituições democráticas* do *Ocidente* ou de *valores universais da democracia*, sequer tem a originalidade da retórica *liberal*.

Recorrentemente, o pensador marxista Antonio Gramsci tem sido avocado, indevidamente, nessa perspectiva. Gramsci é apontado como ponto de inflexão do paradigma face à sua nova concepção de Estado e de revolução, principalmente, nas notas de *Quaderni del carcere*.

Com efeito, Gramsci não interpreta o Estado como *instrumento*, isto é, não faz a mesma leitura do Marx e Engels do *Manifesto Comunista*. Na visão do pensador italiano, o Estado, em sentido amplo, tem duas esferas: uma representada pela *sociedade civil*; outra pela *sociedade política* – esta última é o Estado no *stricto sensu*. A sociedade civil é constituída pelos aparelhos privados de *hegemonia*, pelas instituições que são responsáveis pela difusão dos valores simbólicos, ideologias – escolas, partidos, sindicatos e outras *agências*. Por seu turno, a *sociedade política* é formada pelos aparelhos repressivos do estado, pelo aparato repressivo, policial e judiciário. Segundo Gramsci, há uma *relativa autonomia funcional* entre as duas configurações, tanto na articulação quanto na organização do poder. A chamada *sociedade civil* é formada pelas *agências*, com certa autonomia em face do Estado em sentido restrito, às quais aderimos voluntariamente, é o *locus* da luta de classes pela *hegemonia*, pela direção, pelo *consenso*. A chamada *sociedade política, ou estado stricto sensu*, é o Estado-coerção, isto é, onde se exerce a *dominação* pela *coerção*.

Assim, na perspectiva gramsciana, a luta de classes ganha sentido de disputa política pela conquista da *hegemonia*, é a luta entre *sociedade civil* e *sociedade política* denominada de *guerra de posições*. O pensador italiano distingue as formações societárias do Oriente e do Ocidente:

... no Oriente o Estado era tudo, e a sociedade civil primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre o Estado e a sociedade civil existe uma justa relação equilibrada: a um abalo do Estado, imediatamente se percebia uma robusta estrutura da sociedade civil. O estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; a proporção variava de Estado para Estado.²⁸

Nas sociedades *ocidentais*, com suas diversas e densas *agências* privadas, a classe revolucionária deve, primeiro, conquistar a *hegemonia*, depois, tomar o poder, isto é, transformar-se em *classe dirigente* antes

de ser *classe dominante*

De fato, Gramsci procedeu a uma ruptura em relação à formulação original de Marx e Engels, haja vista que, para estes, a classe que domina os meios de produção econômica também domina a política – Estado – e a ideologia. Dito de outra maneira, para Marx o campo da dominação ideológica é inseparável do campo da dominação política, ao contrário da formulação gramsciana.

A partir da separação das duas configurações do Estado em sentido amplo, Gramsci distinguiu dois processos: *levantes ativos ea revolução passiva*, isto é, a revolução pela via brusca e pela processual.

Na sua perspectiva, as relações de Estado nas sociedades ocidentais se diferenciam daquelas verificadas no Oriente. Neste, abre-se uma perspectiva revolucionária não-insurrecional, de conquista progressiva de posições, à formação de um *novo bloco histórico* que, primeiro, altera a correlação de forças da sociedade e, depois, impõe-se politicamente, com o poder do Estado, luta que denominou de *guerra de posições, disputa longa e lenta pela hegemonia*.²⁹

Até onde conhecemos daquele pensador, não vemos nenhuma recomendação no sentido de se ministrar a extrema-unição a qualquer das vias revolucionárias. O que sabemos e atestamos é que Gramsci, *pensador ocidental*, aprofundou, mais do que qualquer marxista a ele anterior, o caráter *processual* da revolução, isto é, da revolução como longo processo de preparação de consciências, de *mudanças moleculares, de conquista da hegemonia*.

Novos caminhos e interpretações no âmbito do paradigma marxista podem ser sugeridos nas contribuições de Palmiro Togliatti, Nicos Poulantzas, Georg Lukács, George Marchais, Pietro Ingrao e Santiago Carrillo, dentre outros.³⁰

Há décadas, a chamada *questão democrática* ocupa a centralidade da produção teórica e da atividade política de partidos e personalidades da tradição marxista. Tradição teórica que obviamente não se funda, apenas, no reconhecimento da oposição de contrários mas nas possibilidades de superação dialética dos conflitos, de novas sínteses, isto é, na probabilidade de mudanças qualitativas.

É mais do que elementar que o marxismo explica a história a partir da luta de classes antagô-

nicas e situa o conflito social no centro do desenvolvimento da história. O vetor dessa dinâmica social são as classes fundamentais da sociedade em luta. A ironia da indagação do poeta marxista B. Brechet “*nas campanhas gloriosas de Napoleão, não havia um cozinheiro?*” não nega o papel do indivíduo na história, como sugere a crítica vulgar do marxismo. Apenas lembra, o que nem sempre é feito, outros atores na trama. Algum marxista desconhece o papel de Lenine na revolução Russa de 1917?

1.1. A revolução no Brasil

A questão da revolução na historiografia brasileira é bastante confusa. José Honório Rodrigues faz o seguinte registro sobre a utilização indiscriminada da palavra “revolução” no Brasil:

muitos são os nomes que caracterizam os vários aspectos da stasis, da exaltação, da exacerbação que conduzem ao comportamento extravagante e anormal. Rebelião, insurreição, putsch, pronunciamento, coup d'état, revolução, são termos que exprimem vários conceitos. Esse autor procura demonstrar a escala axiológica das diferentes denominações: “*Rebelião, revolta, revolução, insurreição, golpe de Estado têm sido os nomes mais usados no Brasil; as três primeiras, para os movimentos armados de grupos sociais qualificados, como o foram a Farroupilha, a Liberal de Minas e São Paulo, a Praieira de Pernambuco. Rebelião e revolta e bernarda tinham sentido mais restritivo, eram consideradas sem base em princípios e sem objetivo de reforma. A Revolução foi sempre mais qualificada, exatamente devido aos seus ideais. A menos qualificada era a insurreição, considerada de negros e de escravos*”.³¹

De fato, a designação *revolução* acrescida, em geral, de algum adjetivo, confere historicidade ao fato, é a “*legitimação histórica*”.

A historiografia pátria utiliza, de forma larga e imprecisa, o termo, para designar os mais diferentes acontecimentos, como 1817 e 1824, 1930 e 1964, entre outras tantas.

Assim, no Brasil, ao contrário do que ocorre na França e na Rússia, que se voltam para acontecimentos determinados, quando falamos de *revolução*, podemos cogitar vários episódios da nossa história. Dita banalização esvazia a historicidade dos acontecimentos, pois retira da *revolução* o seu conteúdo. De fato, a vulgarização de um fato extraordinário



(a revolução) retira o que há de revolucionário na revolução, ou seja, subtrai-lhe o sentido simbólico de acontecimento surpreendente, de algo incomum, de ruptura profunda seguida de súbitas mudanças.

Assim, *sem que o Brasil tenha conhecido um único acontecimento histórico digno do nome de revolução*, manuais escolares e teses acadêmicas estão repletos de “revoluções”.

Como e por quais vias a idéia de revolução chegou e se difundiu pelo Brasil?

Carlos Guilherme Mota, na obra *Idéia de Revolução no Brasil*, recorta o final do século XVIII e início do XIX do Brasil Colônia.³²

Também para esse historiador, o conceito de *revolução* nem sempre está claramente elaborado e tampouco aparece de forma explícita no Brasil Colônia. Pela pesquisa dos Autos dos “inconfidentes” de Minas, Carlos Guilherme constata que a palavra revolução é camuflada por expressões de tipo *idéia justa, grave matéria, grave negócio, coisa grande*.

Curiosamente, podemos observar que a idéia de revolução, difusamente embutida em diversas palavras e expressões, tem o sentido original da palavra...

A principal preocupação da Colônia no final do século XVIII está relacionada com a ordem das coisas(...) nos últimos tempos do período colonial, provoca a angústia que se insinua em todas as esferas. Reintroduzir o equilíbrio é o problema com o qual se defrontam(...) Se a atmosfera em que vivem é revolucionária, o ideal é voltar à antiga situação. Revolução se contrapõe a idéia de “quietação” (Tomás Antonio Gonzaga) e “restaurar o ambiente” era a preocupação de Tirandentes, observa Carlos Guilherme.³³

O historiador identifica a atmosfera revolucionária do Brasil, no final do século XVIII, com a busca de soluções no quadro de crise do sistema colonial português. Daí porque avultam as idéias de descolonização, independência, situando, no centro da problemática, mais a questão colonial que a social, pelo menos em Minas. Nas Gerais, a revolução é intentada por *homens de possibilidades*, isto é, homens de posses, para os quais a situação colonial tem maior significado. Não foi obra do acaso que o *modelo* de revolução que estimulou os *inconfidentes* mineiros adveio das colônias inglesas, onde a revolução foi orientada pelas classes de proprietários.

Na Bahia, em 1789, ao contrário de Minas, a questão social rouba a cena da colonial na medida em que o movimento é intentado contra a *opulência*. Na composição da origem social dos revolucionários da Bahia, encontramos os não-proprietários, os elementos da *“baixa”*, pequenos-artesãos, ex-proprietários de terra, militares de baixa patente, o que explica o *modelo* francês de revolução – nesse aspecto um movimento mais profundo que o movimento mineiro.

Por seu turno, Maria do Socorro Ferraz, examina as guerras civis do século XIX em Pernambuco e destaca que, tanto para as *elites* quanto para o *povo*, as revoluções tinham significado progressista, tinham sentido libertador, são motivo de orgulho pelo passado de *lutas gloriosas*, mesmo que combatessem em trincheiras diferentes. Para a autora, a simplificação da tipologia *“revoluções libertárias”* não responde às exigências da moderna historiografia: *“Primeiro, há que se distinguir se todas foram revoluções, e se tiveram o apelo de libertárias.”*³⁴

As rupturas havidas em Pernambuco no século XIX já receberam e continuam recebendo variadas denominações: *movimentos nativistas* (Manoel Correia de Andrade: 1971), *revolução nativista* (Sylvio de Mello Cahu: 1951), *agitação republicana* (Amaro Quintas: 1965), *revolução de 1817* (Luís Oiticica: 1953), *governo edesiástico na revolução* (Mário Mello: 1949), *revolução de 1824* (Luna Freire: 1895), *gloriosa sotaina* (Lemos Brito: 1937), *Confederação do Equador* (Costa Porto: 1974 e outros). Glacyara Lazzari Leite produziu duas obras importantes, originalmente, nas quais a autora analisa, primeiramente, a base econômica de Pernambuco, estuda a organização da produção e das formas de apropriação, em seguida, examina a estrutura da sociedade pernambucana – escravos, clero, comerciantes. Depois, a autora examina a superestrutura política – o aparelho estatal repressivo –, organização e formas de recrutamento do exército, as dissidências na tropa, para finalmente passar ao exame das rebeliões, das facções em luta ao restabelecimento da ordem, passando, naturalmente, pela devassa.³⁵

A partir do século XX, todavia, a idéia de revolução no Brasil já não será tão difusa quanto nos séculos precedentes. Tal mudança se deve ao desenvolvimento do capitalismo no país que faz

surgir novos atores sociais, os trabalhadores urbanos. Esses novos sujeitos da história se apresentam à sociedade como projeto político autônomo e distinto de todos os outros projetos até então existentes neste país.

Não adentraremos, nesta oportunidade, no mérito da questão das *origens ideológicas* da classe operária brasileira, especificamente, da parcela mais “combativa”, discussão, aliás, que já produziu ricas contribuições - Paulo Sérgio Pinheiro, Michel Zaidan, Dario Canale, Edgard Carone entre outros.

O que consideramos *líquido e certo* é que, já no início do século XX, a classe operária brasileira, ou pelo menos o segmento nucleado na COB, tem claro o seu projeto de revolução: emancipação da classe operária e luta contra a exploração capitalista. Senão vejamos, resumidamente, editorial do jornal *A Voz do Trabalhador*; “órgão da Confederação Operária Brasileira” - COB,

*Iniciamos com o presente número a publicação periódica de A Voz do Trabalhador, órgão de uma coletividade formada com a intenção de agremiar e reunir as associações que tenham uma orientação nitidamente revolucionária, e com um programa claro e preciso, elaborado no Congresso Operário (...) o que desejamos, e havemos de conquistar, custe o que custar, é a emancipação dos trabalhadores contra a tirania a exploração capitalista, transformando o atual regime econômico do salariato e do patronato num regime que permita o desenvolvimento de organizações de produtores-consumidores, cuja célula inicial atual está no sindicato de resistência ao patronato (...) ...como método de luta para alcançar tal desideratum, adotará e usará o sindicalismo revolucionário.*³⁶

Tais idéias, tanto da revolução quanto dos meios para alcançá-la, vão predominar no setor mais ativo do operariado, pelo menos até o início da década de 20, quando da *ruptura* em face da criação em 1922 do Partido Comunista do Brasil, secção brasileira da Internacional Comunista, com uma outra proposta de organização e de luta para o *proletariado revolucionário*.

À parte, o debate sobre a autonomia ou heteronomia da nova organização partidária, objetivamente, como partido político, o PCB não só hegemônizou como monopolizou a representação política da classe operária no Brasil, durante décadas.

Os comunistas brasileiros não participaram do movimento armado de 30 por considerá-lo uma luta entre representantes de oligarquias pelo poder, e não uma revolução. Em 1935, sem maiores articulações com o conjunto da sociedade, tentam um movimento revolucionário, do qual saem derrotados política e militarmente.³⁷

Com o advento do golpe de 1º de abril de 1964 – um bom exemplo de como a história pode ser representada - esse fato tem sido interpretado como revolução, contra-revolução, golpe, contragolpe, quartelada etc - ampliam-se as divisões no campo da esquerda, particularmente, dos comunistas em 1962 se dividiram organicamente em PCB e PC do B, mas então se pulverizavam em siglas como PCBR, ANL, Mr8, PCR, POLOP, MEP etc.

Genericamente, os partidos adotaram a *luta armada* – guerra de guerrilha – urbana ou rural como tática de combate à Ditadura. O PCB defendeu a formação de uma *frente ampla* para isolar e derrotar, politicamente, os defensores do regime e condenou a tática armada dos demais grupos comunistas. Para aqueles, a tática de luta política do PCB era *reboquista e revisionista*. Os erros e acertos, caminhos e descaminhos dos atores dessa trama histórica até hoje não mereceram a análise devida. Diversos comunistas estão literalmente desaparecendo não mais pela ação da ditadura, pela idade mesmo, sem superarem preconceitos, levando ao túmulo as acusações recíprocas que se prestaram mais à fragmentação dos revolucionários que aos ideais da revolução desejada.

No final dos anos 80, quando efetivamente já não se falava mais em luta armada no Brasil, a ANPUH-SP promoveu um encontro que teve como eixo temático para debate – *Reforma e Revolução*

O tema, segundo os promotores do encontro, pedia um balanço historiográfico em face da proximidade dos 70 anos de Revolução Russa, do Centenário da República e do bicentenário da Revolução Francesa.³⁸

As principais teses debatidas no referido conclave foram publicadas em 1990, com a pretensão de trazer a público *novas reflexões*,

“ Novas evidências apareceram: as lentas transformações dos valores, dos hábitos e costumes de natureza as



mais diversas, e mesmo das instituições. Isto constitui hoje praticamente um consenso (...) No Brasil, a produção universitária, muito marcada pelo pensamento da chamada esquerda, abandonou o tema dos anos sessenta de uma já tão antiga - 'revolução-democrático-burguesa' pela discussão da democracia, no final dos anos setenta. A questão democrática ganhou o centro da cena política antes ocupado pelo debate em torno de uma possível, desejada ou detestada 'revolução brasileira' (...)." ³⁹

Marco Aurélio Garcia discutiu os *paradigmas políticos Reforma e Revolução*. Fez exaustiva peregrinação pela história do movimento operário, da Europa à Rússia, para demonstrar que, na formulação original, a disjuntiva "*reforma/revolução é peça de museu*", como também é antiquada a própria polêmica sobre revolução/reforma, hoje. ⁴⁰

Edgar Salvatori de Decca, apesar de abordar o tema diferentemente, concluiria de forma idêntica a Marco Aurélio Garcia: "*...podemos dizer apenas que a revolução dos anos sessenta, enquanto um elemento norteador do nosso imaginário, acabou.*" ⁴¹

Por seu turno, Cláudio H. Batalha concentrou-se nas *significações imaginárias* da Revolução Francesa para o movimento operário brasileiro. O autor procurou analisar a imagem da Revolução Francesa para o movimento operário brasileiro, identificando três dimensões: a primeira, paradigmática; a segunda, momento construído na memória e na linguagem; terceira, alegórica e simbólica. ⁴² Já Ítalo Tronca, também da escola *unicampista*, considera uma *falsa questão discutir se 30 foi ou não uma revolução*. ⁴³

Quais objetivos podem estar ocultos nas aparências/entrelinhas de toda essa retórica? Que voz, no campo dos vencidos, foi silenciada? A quem interessa a *construção mental*, segundo a qual a revolução é algo superado? O que é assunto indigesto, peça de museu? A quem interessa sepultar o debate sobre a revolução? O que há de inovador na "*evidência*" de que a *revolução* é coisa do passado? O que há de contemporâneo na defesa da *reforma*?

Sabemos muito bem que o debate *reforma/revolução* acompanha o movimento operário e revolucionário desde 1890 e que, desde então, não foram dadas as mesmas respostas à questão. As tendências revolucionárias e reformistas se distanciaram não apenas em relação ao *caminho da revolução* mas também em relação ao *ponto de chegada*. Há, por

consequente, um dissídio entre as duas tendências quanto aos meios e quanto aos fins. Tentar escamotear as diferenças históricas de tais tendências é uma forma de *ocultação* ideológica.

Por que efetuar o corte *cirúrgico-ideológico* com veleidades *teórico-epistemológicas* entre revolução e democracia? Por que substituir o conjuntivo inclusivo "e" (*democracia e revolução*) pelo alternativo "ou" (*democracia ou revolução*)?

Nos dias atuais, a revolução brasileira teve a sua encenação roubada pela *nova questão política*, entendida, genericamente, como *questão democrática*.

Todavia, equivocam-se tantos quantos sentenciam, com autoridade profética, que a revolução é *uma peça de museu* ou está *morta*, porque a democracia vive. Significa que os dois processos devem ser separados como o *joio do trigo*: uma coisa é a *luta de classes pela democracia* e outra muito diferente é a *luta revolucionária*.

Não acolhemos a disjunção entre a perspectiva revolucionária e a questão democrática. O recorte pretendido não pode ser realizado de forma absoluta, não é uma lei geral das sociedades. Senão, onde fica a história, em que lugar ela é definida?

Francisco Weffort lembrou de episódio com um funcionário de Embaixada (Estados Unidos) que lhe fez a pergunta provocativa: *Por que Democracia?* o burocrata estrangeiro, nas entrelinhas, deixava no ar outra pergunta: *por que não revolução?* Weffort, oportunamente, lembraria o provocador que Hannah Arendt escrevera um livro inteiro sobre a origem democrática das revoluções,

...para recordar aos americanos que a sua democracia nasceu de uma revolução (... todas as revoluções - quaisquer que tenham sido os descaminhos autoritários dos governos e dos regimes a que deram origem - nascem de uma luta contra a tirania (...têm como motivo essencial a conquista da liberdade.)" ⁴⁴

A nosso ver, o debate do tema deve contemplar o entendimento teórico que reafirma o caráter *radical-democrático* das revoluções.

Na trilha de Arendt, indagamos: *qual foi a revolução que conseguiu mobilizar as massas populares em defesa do absolutismo? qual revolução não foi movida pelo sentimento de liberdade?... de luta contra a tirania e/ou*

formas de exploração?

A retrospectiva das revoluções ajuda a esclarecer?

Na Inglaterra, a obra revolucionária foi completada por Guilherme de Orange, sob o lema: “*Pela Liberdade, Pela Religião Protestante e Pelo Parlamento*”. Apesar da degola do rei e dos combates incruentos, a *democracia* na Inglaterra não tem relação com essa revolução?

No 14 de julho de 1789, sob o lema da “*Liberdade, Igualdade, Fraternidade*”, os franceses invadiram a Bastilha, símbolo do poder absoluto da monarquia. Em seguida, “fraternalmente”, guilhotinaram reis, nobres, cleros e os próprios revolucionários. Acaso a violência histórica da revolução francesa e das autocracias que a sucederam elidem o significado democrático do 1789?

Em fevereiro de 1917, na Rússia, a revolução triunfou sobre a tirania do czar sob a bandeira: “*Paz, Terra e Liberdade*”. O que representou para a humanidade e, particularmente, para os trabalhadores de todos os países a revolução bolchevique? A violência da sua expressão e os chamados *crimes do stalinismo - reais e inventados* - retiram o significado de luta pela igualdade, de luta contra a exploração do homem pelo homem? Em suma, subtrai-lhe o conteúdo democrático?

Na China a opressão da dinastia Manchu era simbolizada nos cartazes das Praças: “*Proibido a entrada de cães e de chineses*”.⁴⁵ Por acaso, todos os espinhos das “*flores desabrochadas*” por Mao Tse Tung e seus herdeiros retiram da revolução chinesa o seu sentido e o seu conteúdo democrático?

É possível identificar algo de comum em todas as revoluções?

A nosso ver, o denominador comum de todas as revoluções é a *radicalização democrática*, assim entendida como a possibilidade real de o povo assumir a sua condição ativa na história. Dito de outra maneira: quando o povo procura decidir e determinar o seu próprio destino, de acordo com a *vontade da maioria*.

A perspectiva marxista, como sabemos, não induz à exclusão de vias (*formas de lutas*), em qualquer das suas manifestações. Nenhuma via de expressão da luta de classes, como a própria história, é irrelevante ou se elege *a priori*. Tampouco, deve

ser descartada, até porque há processos históricos marcados pela violência de sua forma com poucos resultados de conquistas, simples “*reformas*”, como a regulamentação de certos direitos civis, políticos e trabalhistas.

Nesse sentido, não acolhemos a idéia de *operação cirúrgica* que secciona democracia de revolução. A nosso ver, a *questão democrática* é definida a partir dos sujeitos que dirigem o processo transformador e do caráter dessa transformação, isto é, tanto pelas classes sociais em luta quanto pela sociedade a ser construída. Em todas as latitudes, os homens lutam e, não raramente, de armas à mão, em defesa de crenças religiosas, da terra, do pão, da liberdade, da paz, do trabalho, pela democracia e pelo socialismo. Ordinariamente, os homens não são seduzidos pela idéia de enfrentar o Leviatã nem desejam a *revolução* que representa ruptura, mas, extraordinariamente, eles transgridem a regra, invadem palácios e decapitam reis. Por isso, há sempre, em qualquer revolução, algo de inesperado e surpreendente.

O marxismo se propõe fornecer algumas ferramentas, com certo grau de confiabilidade, para a análise das chamadas *situações revolucionárias*. No entanto, o marxista não poderá, efetivamente, responder por que os franceses invadiram a Bastilha no dia 14 de Julho de 1789, e não no dia 13 ou no dia 16, ou outro qualquer, nem por isso deixará de ser importante instrumento teórico. O advento do *tufão revolucionário* tem autonomia suficiente para tornar impossível se prognosticar com exatidão o seu início, desenvolvimento e fim. Se tal afirmativa é verdadeira, como podem alguns profetas sentenciar a impossibilidade de qualquer revolução, tanto para os dias presentes quanto para os tempos futuros?

Cada centelha revolucionária tem a sua própria lógica, o fogo se propaga com o concurso de atores incendiários e a despeito da ação dos bombeiros, mas, no momento catártico, nenhum dos atores detém, completamente, o controle das chamas. A revolução explosiva é um momento de liberação de potencial de violência, da eclosão de demandas sociais reprimidas e das frustrações pessoais. É o instante de libertação de todo tipo de violência, pois não se quebram as amarras? A *ordem institucional* que garante privilégios às minorias e exclui as majorias não é violenta?



A função da ideologia dominante é mascarar e ocultar a *violência sob o manto sagrado da ordem institucional*. A revolução explosiva rompe, simultaneamente, com as muralhas dos castelos e com todos os fantasmas que os habitam. O poder das armas e da ideologia se completam e se relacionam, dialeticamente: pela ideologia os homens desconfiam e temem mais a *violência revolucionária* que a violência institucional, como lembra Bertod Brechet:

Do rio que tudo arrasta e devora
se diz violento.
Mas, não se diz violento
às margens que o oprimem. ⁴⁶

Nessa moldura teórica, entendemos a revolução como fenômeno de massas e democrático, como expressão direta de poder, da *vontade geral* idealizada por Rousseau, das *comissões* da Comuna de Paris, onde Lenine e os bolcheviques se inspiraram à criação dos soviets.

NOTAS E REFERÊNCIAS

* Professor do Departamento de Sociologia, da Universidade Católica de Pernambuco; da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco; Mestre e Doutor do Programa de Pós-graduação em História, da UFPE.

¹ DUKHHEIM, Emile. As Regras....

² O conceito a ser buscado consiste em dizer o que a coisa é, identificando as essências do que a palavra designa, em cada tempo histórico. Nesse sentido, a pretendida saída do labirinto não se resume a mera formulação de uma definição nominal. Sobre o assunto, ver JOVILET, Régis. *Curso de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1965, p. 36.

³ Trata-se do debate entre Otanes, Dario e Mangabises sobre o melhor governo a ser adotado na Pérsia, depois da morte de Cambises. *Apud* Bobbio, Norberto. *A teoria das Formas de Governo*. Brasília: Editora UNB, 1977, p. 39.

⁴ Cf. PLATÃO. *Diálogos – A República*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1964 e ARISTÓTELES. *A Política*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, 1968.

⁵ CÍCERO entendia que todos os governos, mo-

narquia, aristocracia e democracia, eram passíveis de corrupção e defendeu um governo misto que combinasse as virtudes de cada uma das formas existentes. Cf. *De La Republique*: Paris, 1965. POLÍBIO elaborou a chamada “lei dos ciclos históricos”, segundo a qual as formas políticas se transformam, decaem e voltam ao ponto de partida. *Apud* Bobbio, Norberto, ob.cit. p. 72. SENECA foi preceptor de Nero Cesar, filósofo estoíco, atribulado em sua própria carreira pública, não praticou as virtudes dessa filosofia. Inquietou-se diante da questão dos limites do sábio colaborador de um poder imperial eivado de vícios. *Apud* CHEVALLIER, J. J. *História do Pensamento Político*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1979, p. 158.

⁶ Cf. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 1997, p. 1122-1123.

⁷ *Ibid*, p. 1123

⁸ *Ibid*, p. 1123

⁹ WILLEMS, E. (Org.) *Dicionário de Sociologia*. Porto Alegre-Rio de Janeiro: Editora Globo, 1981, p. 291-292.

¹⁰ Cf. *Pequeno Dicionário Política*. Moscou: Edições Progresso, 1980, p. 379-380.

¹¹ *Ibid*, p. 379-380.

¹² Cf. FURET, François. *Ensaio Sobre A Revolução Francesa*. Lisboa: Edições A Regra do Jogo, 1978.

¹³ *Ibid*, p.139.

¹⁴ Cf. CHEVALLIER, J. J. *As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1986, p. 252.

¹⁵ HOBBSBAAWM, Eric. *Écos da Marselhesa – Dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1996, p. 9 e 10.

¹⁶ *Ibid*, p.125.

¹⁷ *Ibid*, p.127.

¹⁸ Sobre o assunto, ver Hobsbawm, ob. cit., p.9

¹⁹ Trata-se de testemunho pessoal do autor quando de seu *domicílio temporário* em Moscou, na década de 80, antes, portanto, da Perestroika e da derrocada do regime.

- ²⁰ Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *A Dualidade de Poderes – Estado, revolução e democracia na teoria marxista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- ²¹ *Ibidem*, p. 18-19.
- ²² MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Moscou: Edições Progresso, 1987.
- ²³ _____. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro, Editora Vitória, 1956, v. 1, p. 97.
- ²⁵ Cf. LÊNINE, V. Ilich. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Editora Hucitec, 1983, p. 51-68.
- ²⁶ Cf. LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Rio de Janeiro, Edições Socialistas, 1961.
- ²⁷ Sobre o assunto, ver COUTINHO, Carlos Nelson, op. cit. p. 60-61
- ²⁸ Sobre o tema, ver GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1978. Segunda Parte.
- ²⁹ Cf. GRAMSCI, Antonio. *Ob.cit.*
- ³⁰ Para melhor entendimento, ver: TOGLIATTI, Palmiro. *Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Muro, 1980; POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1985; MARCHAIS, Georges. *O Desafio Democrática*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1974; LUKÁCS, Georg. *Histoire et Conscience de Classe*. Paris: Minuit, 1960; INGRAO, Pietro. *As Massas e o Poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 e CARRILLO, Santiago. “Eurocomunismo” e *Estado*. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1978.
- ³¹ Cf. RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil - Um desafio Histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982, p. 110-111.
- ³² Cf. MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de Revolução no Brasil – 1789-1801*. São Paulo: Cortez, 1989.
- ³³ *Ibidem*, p. 36.
- ³⁴ Cf. FERRAZ, Socorro. *Liberais & Liberais- Guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1976, p. 15-16.
- ³⁵ Cf. LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1988 e também *Pernambuco 1824: a Confederação do Equador*. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1988/89
- ³⁶ Cf. *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro: 1908 – ano 1, n. 1, p. 1.
- ³⁷ O assunto está mais bem estudado na tese de doutoramento do autor: *Urnas & Baionetas*. Recife, História: UFPE, 1998.
- ³⁸ Cf. BRESCIANI, M. Stella e BORGES, Vavy Pacheco. *Apresentação in Reforma e Revolução*. ANPUH/Marco Zero, São Paulo, v. 10, n. 20, p.7.
- ³⁹ *Idem*, p.7 e 8.
- ⁴⁰ Cf. GARCIA, Marco Aurélio. *Reforma e Revolução/ Reforma ou Revolução -in Reforma e Revolução* op. cit. p. 9-30. Todavia desenvolve teses contrárias nos elogios que faz ao livro *Ecos da Marselhesa*, de Hobsbauwm, já citado.
- ⁴¹ Cf. DE DECCA, Edgar. *A Revolução Acabou -in Reforma e Revolução* op. cit. p. 74.
- ⁴² Cf. BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. “*Nós Filhos da Revolução Francesa*”, *a Imagem da Revolução no Movimento Operário Brasileiro no início do Século XX*. in *Reforma e Revolução*, op. cit. p. 234 ss.
- ⁴³ Cf. TRONCA, Ítalo. *Revolução de 30- a dominação oculta*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 97.
- ⁴⁴ Cf. WEFFORT, Francisco C. *Por que Democracia?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 104.
- ⁴⁵ Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *A revolução Chinesa*. São Paulo: Editora Moderna, 1985, p. 16.
- ⁴⁶ Cf. BRECHT, Bertolt. *Poemas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

